

ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR E SERVIÇO SOCIAL: aproximações ao

socialismo reformista na profissão

Adrianyce A. Silva de Sousa¹

RESUMO

O presente trabalho traz reflexões teóricas em andamento nos estudos de pós-doutoramento e versa sobre a conjuntura dos governos PT e seus reflexos no Serviço Social. Particularmente, abordamos os elementos de continuidade dos governos PT no aprofundamento da pauta neoliberal e cuja construção de um novo pacto social só foi possível a partir de uma democracia de cooptação. A partir dessas determinações destacamos os influxos dessas determinações na profissão identificando a existência de uma tendencia socialistareformista profissão cuja maior expressão hiperdimensionamento do princípio da democracia.

Palavras-chave: Estratégia-democrático popular, Serviço Social, democracia.

ABSTRACT

This work brings theoretical reflections in progress in post-doctoral studies and deals with the situation of PT governments and their effects on Social Work. In particular, we address the elements of continuity of PT governments in deepening the neoliberal agenda and whose construction of a new social pact was only possible after a democracy of cooptation. Based on these determinations, we highlight the influences of these determinations on the profession, identifying the existence of a socialist-reformist tendency in the profession whose greatest expression is a hyper-dimensioning of the principle of democracy.

Keywords: Popular democratic strategy, Social Work, democracy

¹ Docente da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional na Universidade Federal Fluminense - UFF, coordenadora das Pesquisas "Estratégia democrático-popular e Serviço Social: Uma análise dos fundamentos da cultura profissional renovada" e "Cultura profissional e Direção social estratégica: uma análise ontológica das tendências teórico e ídeo-políticas presentes no Servico Social brasileiro na contemporaneidade" ambas com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ. Pós-doutoranda na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Líder do Núcleo Interinstitucional de estudos e pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social – NUTSS. E-mail: adrianyce@gmail.com; nutss.uff@gmail.com

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

1 INTRODUÇÃO

É notadamente com o processo de constituição e desenvolvimento da "intenção de ruptura" que o Serviço Social estabelece uma fecunda relação com a teoria social de Marx. Criam-se assim, as condições para se pensar criticamente o Serviço Social, de modo que se constitui uma maioridade intelectual e teórica da perspectiva de ruptura.

O espraiamento desta perspectiva se desenvolve por volta de 1982-1983, favorecido pelo clima de transição democrática e assinala a inserção das posições vinculadas à intenção de ruptura em todas as instâncias da vida profissional. Neste sentido, é no bojo da emersão e desenvolvimento da intenção de ruptura que podemos demarcar a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista.

Neste sentido, deste processo de ruptura com o conservadorismo viabiliza-se as condições para, no interior da profissão, a constituição de uma vanguarda profissional empenhada em decifrar as determinações da dinâmica social brasileira e suas incidências no Serviço Social.

A partir deste amadurecimento constitui-se um projeto profissional crítico – que passa a ser nomeado de "Projeto Ético-Político", consolidado na década de 1990. Não é equívoco destacar pois, que as condições histórico-políticas da gênese do projeto profissional possuem um nexo importante, quase nunca enfatizado clara e diretamente nas análises profissionais. Referimo-nos aqui a relação entre os avanços profissionais e o surgimento do Partido dos Trabalhadores.

Neste material buscamos apresentar, algumas reflexões que estão em desenvolvimento nos estudos de pós-doutoramento, e que nos fazem identificar uma tendência presente no debate teórico e ídeo-político do Serviço Social de cariz socialista reformista, que estaria vinculada a uma parte do segmento progressista da profissão com expressão na vanguarda desta categoria. Para tanto, remetemos nossa análise aos traços deletérios assumidos, na particularidade do capitalismo brasileiro nos anos 2000, e que dão vicissitudes ao conservadorismo próprio a nossa formação social.

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

1 O PT NO PODER E A CONTINUIDADE NEOLIBERAL

Quando o Partido dos Trabalhadores ascende à presidência o governo federal está imerso numa brutal dilapidação do patrimônio público via privatizações, aumento da informalidade e do desemprego, aumento da dívida líquida do setor público (no primeiro mandato de FHC equivalia a 31,36% do PIB e no último ano de governo à 55,5%) e, aumento do percentual de brasileiros situados abaixo das linhas da indigência e da pobreza. Marcas do aprofundamento da heteronomia econômica favorável aos interesses do grande capital.

Luís Inácio Lula da Silva é então eleito presidente em 2002, herdando um período no qual "nunca, na sociedade brasileira a oligarquia financeira pode satisfazer em tal magnitude a sua voracidade" (NETTO, 2004, p. 08). Contudo, se o Partido dos Trabalhadores havia se colocado anteriormente como crítica e resistência à orientação macroeconômica do período que lhe precede, a "Carta ao Povo Brasileiro" de 2002, explicita o seu compromisso com as mudanças dentro dos marcos da institucionalidade e a honra aos contratos firmados. Para tanto, se faria necessário um outro receituário: superar a vulnerabilidade externa através do aumento e melhora na qualidade das exportações e a substituição competitiva das importações, ambas voltadas a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar; recuperar a capacidade de investimento público e da redistribuição de renda. Assim, crescimento e estabilidade econômica garantiriam um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. Em síntese, o PT lançava as bases para um "novo contrato social" via o "compromisso pela produção, pelo emprego e por justiça social".

Longe de efetivar um giro na orientação macroeconômica do governo FHC ela foi aprofundada em sua pauta contrarreformista, privatista e de fortes vínculos ao capital financeiro, cujas alterações se constituíram, de fato, na base produtiva, em especial via o incremento do agronegócio e o consequente "boom" das commodities. Fenômeno que reorientou a inserção do país na divisão internacional do trabalho a partir de uma atuação primária.

















TRABALHO ALIENADO, Destruição da Natureza e Crise de Hegemonia

Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

Neste contexto, destacam-se outros dois elementos de significativa relevância: a expansão do consumo interno para os setores da base da pirâmide social via o acesso ao crédito; e a ressignificação do sentido de "justiça social" a partir de um forte viés mercantil (vide o exemplo da expansão do ensino superior através de fortes vínculos privados com o PROUNI e o FIES ou da política habitacional do "Minha casa minha vida"), além da adoção de medidas focalizadas e compensatórias no combate à extrema pobreza, concebidas como políticas de "redistribuição de renda".

Ao contrário do que se propugnava como o crescimento de um "setor nacional" a dependência do país a exportação de commodities foi ajudada e compensada pela "massiva entrada de corporações multinacionais imperiais e fluxos financeiros de bancos estrangeiros. Mercados internacionais e bancos estrangeiros se tornaram a força propulsora do crescimento extrativo e falência industrial" (PETRA, 2013, p. 12-13).

Ao mesmo tempo, "na particularidade da gestão petista", em expressão utilizada por Behring (2018), foram verificados resultados positivos no acesso ao consumo e trabalho formal dos segmentos sociais mais pauperizados entre os anos de 2004 e 2015:

Houve, de fato, especial expansão de empregos de baixa remuneração – até 1,5 salário mínimo – na base da pirâmide social brasileira (...). Nesse contexto de expansão do emprego de baixa remuneração, houve nítida redução das pobrezas extremas e absolutas. Esse processo, portanto, assentou-se na queda do desemprego, na formalização do emprego (sete em cada 10 vagas abertas), no aumento do salário mínimo, e na expansão do crédito, especialmente consignado a partir de 2004, combinados aos programas de transferência de renda – PBF, BPC e Previdência Social – com maior peso nos dois últimos, considerando seu vínculo com o salário mínimo. (...) Um resultado dessa mudança foi a expansão do mercado interno daí decorrente e impulso ao chamado 'ciclo virtuoso de crescimento' (...) com fortes suportes estatais ao capital financeiro e ao agronegócio, mas também pelo impulso ao consumo interno (...) Foram ativados mecanismos de renúncia fiscal, a exemplo do IPI para a indústria automobilística e de eletrodomésticos, e mecanismos do PAC. (BEHRING, 2018, p. 53-54).

Sob a afirmativa de que teríamos vivido um "neodesenvolvimentismo" e a constituição de uma "nova classe média" via "pleno emprego" se obscureceu a heteronômica relação da burguesia a nível nacional com o capital transnacional. Neste sentido, a ideologia neodesenvolvimentista sustentou a tese de um redirecionamento

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

da ação do Estado através da retomada da industrialização, valorização do mercado interno e da indústria nacional (SITCOVSK, 2013).

No que se refere a Política Social temos acordo com Behring quando esta destaca que mesmo com a diminuição da relação dívida/PIB, acompanhado de relativa queda temporária das taxas de juros, os gastos com a dívida continuaram sendo objeto prioritário ao orçamento público. Nesta lógica, o que se desenvolveu foi o contrário da universalidade, equidade e integralidade no acesso às políticas sociais. Mas, a sua focalização com forte seletividade e baixo custo, ao mesmo tempo em que se constituíram processos privatizantes (de forma direta e indireta) sobre a base objetiva dos direitos sociais fundamentais, como visto na área da educação, da saúde e da assistência social.

Logo, a Política Social nos governos petistas ainda que tenha ampliado o seu alcance e cobertura – fato inegável a partir do Sistema Único de Assistência Social ou da Estratégia Saúde da Família – não superou os limites estruturais que são os mesmos da era FHC: uma orientação macroeconômica em privilégio dos grandes rentistas.

A interpretação desse cenário nos remete aos fundamentos da formação social brasileira, mais precisamente o reforço das relações de dependência sustentadas por uma "democracia de cooptação". De acordo com Fernandes (2009) o processo de internacionalização do modo de produção capitalista se constituiu a partir de relações de dependência dos países periféricos aos centrais: junto aos demais países latino-americanos passamos de coloniais a periféricos.

Contudo, considerando as particularidades de nossa formação social, cabe destacar que qualquer que fosse o padrão de dominação externa vigente aqui uma "organização aristocrática, oligárquica ou plutocrática da sociedade sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados" (FERNANDES, 2009, p. 21). Por conta disso, a institucionalização do poder político se realizou excluindo os "de baixo" e sacrificando o processo de democratização. Nestes termos, ao abdicar de uma revolução burguesa e das reformas que lhe são estruturantes, a combinação das formas "arcaicas" com as







APOIO











Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

"modernas" ou "ultramodernas" de exploração capitalista são, portanto, indissociáveis em nosso país.

Nesse sentido, constitui-se uma natureza autocrática da dominação de classe, cuja funcionalidade do Estado é

[...] a de assegurar a reprodução do desenvolvimento dependente e associado, assumindo, quando intervém diretamente na economia, o papel de repassador de renda para os monopólios, e politicamente mediando os conflitos setoriais e intersetoriais em benefício estratégico das corporações transnacionais, na medida em que o capital nativo ou está coordenado com elas ou com elas não pode competir (NETTO, 2006a, p. 27-28).

Logo, o Estado autocrático erguido no pós-1964, assegurando o pacto contrarrevolucionário, é essencialmente antidemocrático. As articulações econômico-políticas desse período ditatorial foram conduzidas pelos monopólios através do que Netto (2006a) caracterizou como "modernização conservadora". Todavia, conforme esta foi ganhando corpo e o grande capital foi perdendo legitimidade política, abriu-se ao fim dos anos 1970/1980 a possibilidade para o protagonismo dos trabalhadores e das suas pautas civilizatórias historicamente reprimidas, como a defesa da reforma sanitária, a reforma agrária, etc.

É neste contexto que a "democracia de cooptação" emerge como possibilidade de integração esterilizante das pressões dos "de baixo", permitindo a articulação política "entre os mais iguais" em nova forma; e promove, ao mesmo tempo, o consentimento das classes e pressupõe interesses-valores variados em conflito na cena política (FERNANDES, 1976, p.421). Trata-se de uma reconfiguração do poder político a partir da institucionalização do poder político excedente, coexistindo a manutenção da dependência com um sistema democrático restrito.

A dinâmica do real nos mostrou que a "democracia de cooptação", enquanto meio de preservação dos interesses da burguesia autocrática, se efetivou estabelecendo um regime democrático (de cooptação das massas) e autocrático (o privilégio e manutenção dos interesses das burguesias nacional e internacional). E tudo isto sob a faceta da edificação de uma democracia participativa cuja gênese se encontra na Estratégia Democrático- Popular, encampada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) (MARQUES, 2012 e 2015).

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

Contudo, ao nos defrontarmos com o presente, consideramos que não só a "distensão política" se realizou como, durante o ciclo petista, a democracia burguesa garantiu a rentabilidade lucrativa do capital com a abertura de parcas concessões ao trabalho.

Dessa forma, os governos petistas incapazes de romper com os elementos estruturantes de um padrão autocrático de dominação de classe, forneceram extraordinária contribuição à burguesia ultraconservadora brasileira. No dizer de Netto "no poder a esquerda não se diferencia substantivamente daqueles a quem sucede" (NETTO, 2004, p. 19). A mudança se constituiu, via o apaziguamento da luta de classes a partir de novos consensos, materializados em mecanismos ideológicos fomentadores da resignação dos cidadãos (o cidadão consumidor, desprovido de qualquer identidade de classe) e a pacificação das vanguardas organizadas dos trabalhadores e dos seus respectivos instrumentos de luta.

2. UMA TENDÊNCIA SOCIALISTA REFORMISTA 2 NO SERVIÇO SOCIAL?

Desde os finais dos anos de 1960, a profissão desenvolveu um processo de ruptura com o conservadorismo que viabilizou a constituição de uma vanguarda profissional empenhada em decifrar as determinações da dinâmica social brasileira e suas incidências na profissão. Esta construção, é tanto legatária do amadurecimento profissional desenvolvido a partir do processo de democratização da sociedade pós ditadura de 1964, como da influência de um pensamento crítico vinculado à tradição

² Por "socialismo reformista" compreendemos uma dada concepção estratégica nas reformas, no aperfeiçoamento da democracia e em sua respectiva conformação moderna (mais desenvolvida da cidadania burguesa). Esta concepção de socialismo ganhou diferentes versões a partir de formações sócio-históricas particulares, a exemplo do eurocomunismo em países da Europa, da Estratégia Democrático-Popular no Brasil ou do polêmico Chavismo na Venezuela e, em linhas gerais, pode ser compreendida a partir da caracterização de Marx e Engels (2008) sobre o "socialismo burguês" no *Manifesto do Partido Comunista*. Resgatamos esta concepção burguesa de socialismo porque estamos convencidas que, ao ser completamente abdicada pela burguesia em seu giro contrarreformista, torna-se nos dias de hoje o horizonte estratégico hegemônico de estratos expressivos da classe trabalhadora. Nos reportamos assim, a uma apreensão do socialismo que detêm por objetivo último alterações positivas na base material de vida dos trabalhadores. Mas, por "alteração nas relações materiais de vida", "(...) este socialismo não entende, de modo nenhum, a abolição das relações de produção burguesas, só possível pela via revolucionária, mas melhoramentos administrativos que se processem sobre o terreno destas relações de produção, portanto que nada alteram na relação de capital e trabalho assalariado". (MARX E ENGELS, 2008, p.59)

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

marxista³.

A partir deste amadurecimento constitui-se o Projeto Ético-Político consolidado na década de 1990. Porém, as condições histórico-políticas da gênese do projeto profissional possuem um nexo importante, e que explica a tendência ora em análise. Referimo-nos aqui a relação entre os avanços profissionais e o surgimento do PT. No dizer de Netto, "a atmosfera política de que resultou o nascimento do PT foi a mesma de que se embeberam segmentos sem cujo protagonismo o ulterior projeto éticopolítico seria impensável" (NETTO, 2004, p. 22). Mais precisamente, a condição política, que possibilitou a ruptura com o conservadorismo é demarcada pela identidade que parte da vanguarda deste corpo profissional estabeleceu com o conteúdo tático-estratégico formulado pela classe trabalhadora brasileira na chamada "Estratégia Democrático-Popular".

Neste sentido, a questão que se apresentava aos segmentos mais avançados da categoria profissional, era como manter os compromissos sócio-políticos com os trabalhadores estabelecendo mediações mais explícitas com a realidade brasileira, de modo tanto a qualificar seus parâmetros e princípios profissionais, quanto a permitir maior suporte à intervenção profissional. Do ponto de vista teórico, isso significou uma centralidade em torno da categoria trabalho4 e do ponto de vista ídeo-político a "constituição de um novo ethos, o de trabalhador assalariado" (BEHRING, 2013, p. 12). Ou seja, o reconhecimento da dimensão da exploração de homens e mulheres para os quais o pagamento é o salário, levou a categoria ao reconhecimento das classes sociais e de suas funções. É justamente este o movimento, no plano teórico e ídeo-político, que traz para o interior do debate profissional o nexo de problematizações em torno do trabalho que estava posto na sociedade, o qual confirma no seio profissional um aprofundamento dos compromissos assumidos na ruptura com o conservadorismo.

A decodificação deste movimento, na construção teórica e ideo-política da

⁴ As decorrências e problemáticas deste debate no decorrer da década de 1990 são conhecidas. Polêmicas em torno do Serviço Social ser ou não trabalho (IAMAMOTO, 1998; LESSA, 2007; SOUSA, 2016). Decodificações não menos complexas no âmbito do debate das Diretrizes Curriculares (IAMAMOTO, 1998; MOTA, 2000).















³ Não nos deteremos aqui, em amplo debate acerca dos percalços da interlocução do Serviço Social com a tradição marxista, sobre o tema, entre outros conferir Netto (1989, 2006a, 2006b) e Santos (2007).



Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

profissão se deu postulando uma vinculação "entre o projeto profissional e um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero" (NETTO, 2006b, p. 155). Dessa forma, coloca-se para o Serviço Social a necessidade de remeter-se a um entendimento profissional condicionado para além de si, referenciando uma intervenção profissional que contribua para mostrar os limites, as contradições e o nível de barbárie presente nas relações sociais erguidas nos marcos do capital. Disto resulta, "em termos dos princípios da profissão, o estabelecimento de uma relação dialética entre emancipação humana e emancipação política" (BEHRING, 2013).

Entretanto, em nossa compreensão, trata-se de dois elementos distintos. Uma perspectiva ontológica comprometida com a emancipação humana, no sentido da plena realização do humano genérico por meio da socialização da economia, política e cultura; de modo a superar as desigualdades de classe e formas por elas assumidas no que se refere a toda forma discriminação e preconceito. E, uma perspectiva conjuntural estratégica comprometida com a emancipação política, à medida que os outros princípios, fundados pela liberdade, dialogam com a particularidade brasileira dependente e desigual. A "ampliação e consolidação da cidadania", a "defesa e aprofundamento da democracia", a "garantia do pluralismo", a "defesa da equidade e justiça social" constituem-se em mediações estratégicas da intervenção profissional face ao capitalismo brasileiro.

A problemática, no nosso entendimento, reside no seguinte fato: o que inicialmente estava posto como uma defesa do trabalho – enquanto categoria central para a compreensão da realidade e para sua organização objetiva, responsável por manter na ordem do dia a problematização da sociedade burguesa frente aos processos de exploração e alienação que engendra – limitou-se à defesa exclusiva dos direitos sociais conquistados no processo da luta de classe pelos trabalhadores.

Dito de outra forma, alguns segmentos profissionais, mesmo aqueles da vanguarda profissional, realizaram, ainda que de modo não declarado, um deslocamento para o Estado, para a defesa dos direitos e da política social, desreferenciando o papel jurídico-político nos limites da ordem burguesa. Nestes termos, esta tendência socialista reformista (SOUSA, CARVALHO e MARQUES

















TRABALHO ALIENADO, DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E

Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

2019), rebate do ponto de vista político na falta de mediações, obstaculizando os ganhos derivados da decodificação entre o que é o projeto profissional, que possui limites, e o que é o projeto societário de ruptura com a ordem do capital.

Consideramos que esta tendência socialista reformista amadurece, paradoxalmente, nos anos de 1990. Contexto esse, em que parte da vanguarda e da categoria afirmavam o projeto ético-político como forma de resistência ao aprofundamento do neoliberalismo no governo FHC⁵. Mas, é sobretudo na entrada dos anos 2000 e na ascensão dos governos petistas que, em nossa análise, o socialismo reformista se colocará como tendência no âmbito profissional.

A nosso ver esta tendência socialista reformista destitui a relação dialética entre emancipação humana e emancipação política própria ao Projeto Ético Político. É particularmente em torno do hiperdimensionamento do princípio da democracia que esta tendência socialista reformista se consolida. E isto não é à toa. Primeiro, porque parte da vanguarda destitui o princípio da democracia como perspectiva conjuntural estratégica e passa a tomá-la enquanto "o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade" (CFESS, 1993, p.21). E, em segundo, por ser referenciada como o princípio mais "operacional" para o exercício profissional, na sua interseção com os serviços e políticas sociais, outros profissionais, instituições e população usuária.

Nesse sentido, o risco para a profissão de instrumentalizar as competências, atribuições e prerrogativas apenas em prol da defesa dos direitos e garantias sociais, reforça uma concepção reformista marcada pelo gradualismo democrático da "nova ordem de cidadania plena" e do "Estado ampliado de Direito" sob o fortalecimento participativo dos 'de baixo', própria dos governos PT.

3 CONCLUSÃO

⁵ Basta mencionarmos as denúncias e articulações feitas pelas entidades da categoria contra os impactos destrutivos do neoliberalismo e da contrarreforma à Seguridade Social inscrita na constituição de 1988. Aqui nos referimos, entre outros documentos, a Carta de Maceió dos anos 2000 elaborada pelo conjunto CFESS-CRESS.

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

Por todo o exposto até aqui, pensamos que as formulações prospectivas de Netto (1996) consubstanciam hoje um complexo processo de disputa real pela direção social estratégica da profissão, não abertamente tratado como disputa, mas imbuída do verniz teórico-epistemológico e operativo. E, quer nos parecer que esta tendência socialista reformista e seus agravantes no universo profissional contribuem para aquela disputa: primeiro, porque a defesa acrítica, por parte de expressivo número de assistentes sociais, às "novas" políticas desenvolvidas nos governos PT, - que sob o saldo positivo do combate focalizado à fome no país -, reconheceram no projeto governamental a materialização do próprio Projeto Ético-Político; segundo, o que nos parece um revisionismo nas novas produções teóricas, a relativizar e ressignificar princípios ético-políticos, tendo por diretriz um universalismo básico, da participação social consentida e colaboracionista.

Particularmente neste segundo encontramos a maior capilaridade quando identificamos а vinculação contemporânea faz que se entre consolidação/materialidade do Projeto Ético-Político à necessidade da contribuição profissional na ampliação da legalidade institucional. É requisitado ao assistente social o fomento de uma "cultura pública democrática"6, cujo desafio é o de tornar os espaços de atuação profissional em espaços efetivamente públicos, alargando-os em prol da interferência da população usuária e assim, permitindo a sua maior interferência e controle social, sem quase nenhuma problematização dos limites de realizações democráticas numa estrutura social que se consolida e se mantém "pelo alto". Quer nos parecer que o assistente social aparece assim, nesta tendência socialista reformista, como o próprio agente da democracia.

Estes pressupostos resumidamente tratados aqui, e, que se encontram em desenvolvimento e aprofundamento nos estudos de pós-doutoramento, configuram-

⁶ Esta busca profissional pela "ampliação progressiva da esfera pública", a impulsionar a democracia ao máximo da legalidade institucional, adquire variações mais "otimistas" no que diz respeito à concepção de Estado, como visto em Raichelis (1988). Para esta autora, a esfera pública "transcende a forma estatal ou privada, pois remete a novos mecanismos de articulação entre a sociedade civil e no interior dessas esferas, permitindo superar a perspectiva que identifica automaticamente estatal com público e privado com mercado" (RAICHELIS, 1988, p.79). Sob tal leitura, cuja estratégia é a própria cidadania "plena" ou "ampliada", esta "esfera pública" não exigiria uma outra sociedade, mas a superação dos limites desta e seu aperfeiçoamento.















se no nosso entendimento como desafios que precisam ser enfrentados. Pois, as suas repercussões já se fazem fundas no desenvolvimento profissional.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, Elaine Rossetti. Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. IN: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de (orgs.). Marxismo e política social e direitos. São Paulo, Cortez, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti Ética, política e emancipação: a atualidade das nossas escolhas. IN: Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social. Rio de Janeiro: CRESS/RJ, 2013.

CFESS. Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. 9º Ed. rev. e atual. Brasília, 2011, p.21

FERNANDES, Florestan. Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina, 4ª Edição, São Paulo, Editora Global, 2009.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica, 2ª edição, Brasil: Editora Zahar, 1976.

IASI, Mauro Luis. As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento. Capítulo 6 – As metamorfoses do PT (1980-2000), – 1ª edição – São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARQUES, Morena Gomes. Capitalismo dependente e cultura autocrática: contribuições para entender o Brasil contemporâneo. IN: Revista Katalysis v. 21, n. 1, Florianópolis, 2016. p. 137-146.

MARQUES, Morena Gomes. Em busca da Revolução Brasileira: uma análise crítica da estratégia Democrático-Popular. Santa Catarina: Prismas, 2015.

MARQUES, Morena Gomes Em busca da "Revolução Brasileira": O democrático-popular como expressão político-programática da formação da classe trabalhadora no Brasil. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

MARX, K. e ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MOTA, Ana Elizabete Simões da. Trabalho e Serviço Social: considerações sobre o conteúdo dos componentes curriculares. IN: Revista Temporalis nº 14, Ano VII, Julho/Dezembro. São Luís: ABEPSS, 2000.

NETTO, José Paulo. Assistencialismo e regressividade profissional no Serviço Social. IN: BRAZ, Marcelo (org.) José Paulo Netto. Ensaios de um marxista sem repouso. São Paulo: Cortez, 2017.

NETTO, José Paulo. Das Ameaças à Crise. Revista Inscrita, nº 10. Brasília: CFESS, 2007.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. Editora: Cortez, 2006a.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-político do Serviço Social. IN: MOTA, Ana Elizabete et al (orgs). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez/ OPAS/OMS/Ministério da Saúde, 2006b.



















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

NETTO, José Paulo "A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova". IN: Serviço Social & Sociedade nº 79, Ano XXV, Setembro, São Paulo: Cortez, 2004. NETTO, José Paulo "O Serviço Social e a tradição marxista". IN: Serviço Social & Sociedade, nº 30, Ano X, Maio, São Paulo: Cortez, 1989.

PETRA, James. Brasil: Capitalismo Extrativo e o Grande Retrocesso. IN: Revista Praia Vermelha. v. 23 n. 1, Rio de Janeiro: Praia Vermelha, 2013. p.11 a 31.

RAICHELLIS, Raquel. Assistência Social e esfera pública: os conselhos no exercício do controle social. Serviço Social e Sociedade nº56. São Paulo, Cortez, 1988.

SANTOS, Josiane Soares. Neoconservadorismo Pós-moderno e Serviço Social Brasileiro. Coleção Questões da Nossa Época, nº 132, São Paulo: Cortez, 2007.

SITCOVSK, Marcelo. Dez anos de governo do Partido dos Trabalhadores: pósneoliberalismo, neodesenvolvimentismo, transferência de renda e hegemonia. IN: Revista Praia Vermelha. v. 23 n. 1, Rio de Janeiro: Praia Vermelha, 2013. P.117-139. SOUSA, Adrianyce A. Silva de. Lukács e o Serviço Social brasileiro. Curitiba: Prismas, 2016.

SOUSA, Adrianyce A. Silva de, CARVALHO, Ivy Ana e MARQUES, Morena Gomes. O debate teórico e ídeo-político do Serviço Social contemporâneo: aproximações críticas. IN: Ramos, Adriana et al. (Orgs.) Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas: subsídios analíticos para o Serviço Social. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.













